

## SUMÁRIO

ATOS DO EXECUTIVO .....	1
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO .....	2
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER .....	2
SECRETARIA DE HABITAÇÃO .....	3
SECRETARIA DO PLANEJ. MEIO AMB. CIÊNCIA E TECNOLOGIA....	3
AMTT .....	4
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.....	4

## ATOS DO EXECUTIVO

### LEI MUNICIPAL 2943, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a inclusão no Calendário oficial e Eventos Culturais do Município de Araguaína a Noite Cristã e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e fundamentado na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, APROVOU e Eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos Culturais do Município de Araguaína, A NOITE CRISTÃ, comemorado conforme determina o Art. 2º desta Lei.

Art. 2º - O dia do evento cultural denominado de Noite Cristã, será definido a cada ano pela ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS:

§ 1º - A ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS informará o chefe do Poder Executivo Municipal no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antecedente ao evento.

§ 2º - A Noite Cristã deverá ser publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 3º - A organização e realização da Noite Cristã será de iniciativa exclusiva da ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS, podendo esta repassar para outra entidade e ou agremiação a delegação descrita neste artigo.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal deverá auxiliar ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS na realização da Noite Cristã com os meios possíveis, dentro da Previsão Orçamentária e/ou Dotações Suplementares se necessários.

§ 2º - O poder Executivo Municipal deverá disponibilizar para a realização do ARRARAI, estrutura física e de pessoal, liberar e/ou interditar Ruas e Logradouros Públicos se necessário.

## Prefeitura de Araguaína Gabinete do Prefeito



### Imprensa Oficial

<http://diariooficial.araguaina.to.gov.br/>  
Avenida José de Brito Soares, lote 07, Quadra WZ  
Setor Anhaguera - Araguaína, Tocantins  
Telefone: (63) 3411-7022 / 9949-6218

§ 3º - O poder Executivo Municipal sempre que possível e quando em assuntos congêneres, deverá divulgar a Noite Cristã.

§ 4º - O chefe do Poder Executivo poderá firmar Convênio, Participação Pública Privada, Termo de Cooperação ou qualquer meio necessário para instituir a parceria com a ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS para a realização da Noite Cristã.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araguaína, Estado do Tocantins, aos 07 dias do mês de agosto de 2015.

RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA  
Prefeito de Araguaína

### LEI MUNICIPAL 2944, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a inclusão no Calendário oficial e Eventos Culturais do Município de Araguaína o ARRARAI e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e fundamentado na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, APROVOU e Eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos Culturais do Município de Araguaína, O ARRARAI, comemorado conforme determina o Art. 2º desta Lei.

Art. 2º - O dia do evento cultural denominado de ARRARAI, será definido a cada ano pela ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS.

§ 1º - A ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS informará o chefe do Poder Executivo Municipal no prazo, mínimo, de 60 (sessenta) dias antecedentes ao evento.

§ 2º - O dia do ARRARAI deverá ser publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 3º - A organização e realização do ARRARAI será de iniciativa, exclusiva, da ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS, podendo esta repassar para outra entidade e/ou agremiação a delegação descrita neste artigo.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal deverá auxiliar ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS na realização do ARRARAI com os meios possíveis, dentro da Previsão Orçamentária e/ou Dotações Suplementares se necessários.

§ 2º - O poder Executivo Municipal deverá disponibilizar para a realização do ARRARAI, estrutura física e de pessoal, liberar e/ou interditar Ruas e Logradouros Públicos se necessário.

§ 3º - O poder Executivo Municipal sempre que possível e quando em assuntos congêneres, deverá divulgar o ARRARAI.

§ 4º - O chefe do Poder Executivo poderá firmar Convênio, Participação Público-Privada, Termo de Cooperação ou qualquer meio necessário para instituir a parceria com a ASDI - AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE TOCANTINOPOLIS para a realização do ARRARAI.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araguaína, Estado do Tocantins, aos 07 dias do mês de agosto de 2015.

RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA  
Prefeito de Araguaína

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CRECHE MUNICIPAL CONSTANTINO PACIFICO DE OLIVEIRA  
ARAGUAÍNA-TOCANTINS

### EDITAL Nº 002/2015

Processo nº: 010/2015  
Objeto: Aquisição de Alimentos  
Tipo de licitação: Pregão presencial  
Abertura: 1708/2015  
Horário: 8:30h  
Local: Creche Constantino Pacifico de Oliveira  
Informações: Endereço: Rua 02 S/Nº, Vila Cearense Araguaína-TO  
Fone: (63)3415-4262 / (63) 3415-1836  
Email: ceiconstantino@hotmail.com  
Amparo Legal: Lei Federal 8666/93 e alterações posteriores

Araguaína-TO, 10 de agosto de 2015.

Christielly Coutinho Silva  
Pregoeira

ESCOLA MUNICIPAL WILLIAM CASTELO BRANCO MARTINS  
ARAGUAÍNA – TOCANTINS

### EDITAL Nº 008/2015

Processo nº 055/2015  
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios – CARNES: Carnes em cubos, carnes moída, peito de frango.  
Modalidade da Licitação: Pregão Presencial  
Abertura: 20/08/2015 às 09:00 hs  
Local: Escola Municipal William Castelo Branco Martins  
Informações: endereço: Rua Estrela do Oriente, nº 425 - Parque Sonhos Dourados – Araguaína – TO - Telefone: 63 – 3415-1707, e-mail: wcbmartins@gmail.com  
Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, decreto federal 3.555/00, Lei Federal 123 de 14/12/2006 e suas alterações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no edital.

Alessandra Reis de Queiroz  
Presidente da Comissão de Licitação.

## SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º: 096/2015  
PROCESSO Nº: 2474.00004546/2015  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguaína/Secretaria Municipal do Esporte, Cultura e Lazer.  
COTRATADA: CENTRAL BORDADOS LTDA-ME, CNPJ/MF nº 14.271.361/0001-87.  
OBJETO: Despesa com camisetas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer em apoio ao Evento Prefeitura nos Bairros.  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial Ata de Registro de Preços nº 040/2014  
VALOR: R\$ 6.390,00 (Seis Mil Trezentos e Noventa Reais )  
VIGÊNCIA: De 11 de Agosto de 2015 até o recebimento e pagamentos dos produtos.  
DOTAÇÃO: FP: 13.392.2016.2.358. ED: 3.3.90.30.23.00 FICHA: 43

## PREFEITURA DE ARAGUAÍNA

Wagner Rodrigues Barros  
SECRETÁRIO DE GABINETE

Fabiano Francisco de Souza  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Nahim Hanna Halum Filho  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Jocirley de Oliveira  
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Simão Moura Fé Ribeiro  
SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA

Joaquim Quinta Neto Barbosa  
SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Geraldo Francisco da Silva  
SECRETÁRIO DA HABITAÇÃO

Fraudneis Fiomare Rosa  
SECRETÁRIO INTERINO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Ronaldo Dimas Nogueira Pereira  
PREFEITO DE ARAGUAÍNA

Fraudneis Fiomare Rosa  
VICE-PREFEITO



Thiago Rodrigues Alencar  
RESPONSÁVEL TÉCNICO DO DIÁRIO OFICIAL

André Ribeiro Dias Lima  
EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL

Jean Luís Coutinho Santos  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

Wilamas Ferreira dos Santos  
SECRETÁRIO DO ESPORTE, CULTURA E LAZER

Júlio Cesar Sampaio Reis  
SECRETÁRIO DA CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS

Bruno Rangel Cesar  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nil Dimas  
PRESIDENTE DA FUNAMC

Gustavo Fidalgo e Vicente  
PRESIDENTE DA AMTT

Carlos Murad  
PRESIDENTE DO IMPAR

Mariana Cardoso de Souza  
CONTROLADORA GERAL

Luciana Ventura  
PROCURADORA GERAL

SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal do Esporte, Cultura e Lazer.

Araguaína, Estado do Tocantins, 11 de Agosto de 2015.

Publique-se

WILAMAS FERREIRA DOS SANTOS  
Secretário Municipal do Esporte, Cultura e Lazer  
Portaria Nº 018/2013

## SECRETARIA DE HABITAÇÃO

### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1146/2013

PROCESSO N. 1381/2013  
TERMO ADITIVO: 4º  
CONTRATO Nº 1146/2013  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguaína/Secretaria Municipal Habitação.  
CONTRATADA: VITOR CAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME.  
OBJETO: Prestação de serviço com locação de veículos.  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial – SRP 023/2013  
VALOR ESTIMADO DE R\$: 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).  
VIGÊNCIA: 06(seis) meses a partir da assinatura do contrato. período 16/07/2015 a 15/01/2016.  
ASSINATURA: 16/07/2015.  
DOTAÇÃO: Cód.: 50 F.P: 16.122.2006.2.324- E.D: 3.3.9.0.33.03.00  
FICHA: 35 – Vinculo: 0010.00.  
SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal de Habitação

Araguaína – Estado do Tocantins, 16 de Julho de 2015.

Publique-se,

Geraldo Francisco da Silva  
Secretario Municipal de Habitação  
Portaria nº 391/2015

### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0920/2013

PROCESSO N. 1382/2013  
TERMO ADITIVO: 4º  
CONTRATO Nº 0920/2013  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguaína/Secretaria Municipal Habitação.  
CONTRATADA: Brasilcard Administradora de Cartões Ltda.  
OBJETO: Prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento, implantação e operação de sistema informatizado e integrado com utilização de cartões magnéticos via WEB de abastecimento que permita a aquisição de combustíveis, através de uma rede de postos credenciados, para atender à frota própria de veículos da Prefeitura Municipal de Araguaína.  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial.  
VALOR ESTIMADO R\$: 24.000,00 (vinte quatro mil reais).  
VIGÊNCIA: 06(seis) meses a partir da assinatura do contrato. período 16/07/2015 a 15/01/2016  
ASSINATURA: 16/07/2015  
DOTAÇÃO: Cód.: 50 F.P: 16.122.2006.2.324- E.D: 3.3.9.0.30.01.00  
FICHA: 34 – Vinculo: 0010.00.  
Valor Total Estimado: 720,00 (setecentos e vinte reais).  
E.D: 3.3.9.0.39.99.00  
FICHA: 37 – Vinculo: 0010.00.  
Valor Total Estimado: 23.280,00 (vinte e três mil duzentos e oitenta reais).  
SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal de Habitação

Araguaína – Estado do Tocantins, 16 de Julho de 2015.

Publique-se,

Geraldo Francisco da Silva  
Secretario Municipal de Habitação  
Portaria nº 391/2015

## SECRETARIA DO PLANEJ. MEIO AMB. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### EXTRATOS DE LICENÇAS EMITIDAS NO PERÍODO DE 01/06/14 A 31/12/14

Extrato da Licença de Operação nº 0002-2014  
Data de vencimento: 29/09/2017  
Nº do Processo: 768/2014  
Requerente: Martins e Carvalho Com. De Gás LTDA-ME.  
Nome Fantasia: Chama Gás  
CNPJ: 20.311.625/0001-81  
Endereço: Rua 11, 479, Qd 21, Lt 01, Setor Coimbra.  
Porte: Pequeno  
Grupo: Serviço  
Objetivo: Este Ato Atesta A Viabilidade Ambiental Da Atividade De Comercio Varejista De Gás Liquefeito De Petróleo De Pequeno Porte.

Extrato da Licença Prévia nº 0004-2014  
Data de vencimento: 29/09/2016  
Nº do Processo: 767/2014  
Requerente: J Martins Cardoso Me  
Nome Fantasia: Chama Gás  
CNPJ: 11.233.270/0003-20  
Endereço: Rua Castro Alves, Qd 11, Lt 01, Setor Oeste  
Porte: Pequeno  
Grupo: Serviço  
Objetivo: Este Ato Atesta A Viabilidade Ambiental Da Atividade De Comercio Varejista De Gás Liquefeito De Petróleo De Pequeno Porte.

Extrato da Licença de Instalação nº 0004-2014  
Data de vencimento: 29/09/2017  
Nº do Processo: 767/2014  
Requerente: J Martins Cardoso Me  
Nome Fantasia: Chama Gás  
CNPJ: 11.233.270/0003-20  
Endereço: Rua Castro Alves, Qd 11, Lt 01, Setor Oeste.  
Porte: Pequeno  
Grupo: Serviço  
Objetivo: Este Ato Atesta A Viabilidade Ambiental Da Atividade De Comercio Varejista De Gás Liquefeito De Petróleo De Pequeno Porte.

Extrato da Licença de Operação nº 0001-2014  
Data de vencimento: 29/09/2017  
Nº do Processo: 767/2014  
Requerente: J Martins Cardoso Me  
Nome Fantasia: Chama Gás  
CNPJ: 11.233.270/0003-20  
Endereço: Rua Castro Alves, Qd 11, Lt 01, Setor Oeste.  
Porte: Pequeno  
Grupo: Serviço  
Objetivo: Este Ato Atesta A Viabilidade Ambiental Da Atividade De Comercio Varejista De Gás Liquefeito De Petróleo De Pequeno Porte.

Extrato da Licença Prévia nº 0019-2014  
Data de vencimento: 04/12/2017  
Nº do Processo: 1374/2014  
Requerente: Prefeitura Municipal de Araguaína.  
CNPJ: 01.830.793/0001-39  
Endereço: Chácara Xixebal.  
Porte: Médio  
Grupo: Complexo Esportivo – Parque Linear

Objetivo: Este ato atesta a viabilidade ambiental da implantação do Complexo Esportivo - Parque Linear em Araguaína - TO.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Extrato da Licença Prévia nº 0018-2014  
 Data de vencimento: 02/12/2016  
 Nº do Processo: 1232/2014  
 Requerente: Pneuazo Com. de Pneus de Araguaína  
 Nome Fantasia: Pneuara  
 CNPJ: 02.880.763/0001-08  
 Endereço: Av. Bernardo Sayão, 8899, Entroncamento.  
 Porte: Pequeno  
 Grupo: Serviço  
 Objetivo: Este ato atesta a viabilidade ambiental da Atividade De Renovadora De Pneumáticos de Pequeno Porte.

GUSTAVO FIDALGO E VICENTE  
 Presidente da AMTT  
 Port. nº 056/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º: 08 /2015  
 PROCESSO Nº: 2474.0008145  
 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguaína/Agência Municipal de Transporte e Transito  
 CONTRATADA: HARLEM DIAS DA COSTA – ME CNPJ/MF nº 10.361.622/0001-07  
 OBJETO: Prestação de serviço de locação de máquinas impressoras multifuncionais com funções integradas de copiadora, scanner e impressora preto/branco, devidamente instalado.  
 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 008/2015  
 VALOR ESTIMADO: R\$ 19.464,00 (dezenove mil quatrocentos e sessenta e quatro reais).  
 VIGÊNCIA: 12 meses.  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: FP: 15.122..2010.2.33 ED: 3.3.90.39.83; Ficha: 01; Fonte 010  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 15.122..2010.2.333  
 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99;  
 FICHA: 03  
 FONTE: 1020  
 DATA ASSINATURA: 03/08/2015  
 SIGNATÁRIO: Agência Municipal de Transporte e Transito

Araguaína Estado do Tocantins, 05 de Agosto de 2015.

Publique-se

GUSTAVO FIDALGO E VICENTE  
 Presidente da AMTT  
 Portaria nº 056/2015

## AMTT

#### PORTARIA/AMTT Nº 14, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

OPRESIDENTE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - AMTT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Art.1º - Designar o servidor WALTER BATISTA NEPOMOCEMO, matrícula nº 15473324, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de Fiscal do Contrato, para fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo especificado, a fim de atender as necessidades desta Pasta, de acordo com o Processo nº 2474.0008145.

Nº do Contrato	Empresa Contratada
008/2015	HARLEM DIAS DA COSTA – ME
OBJETO: Prestação de serviço de locação de máquinas impressoras multifuncionais com funções integradas de copiadora, scanner e impressora preto/branco, devidamente instalado.	

#### Art. 2º - São atribuições do fiscal:

I – acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avançadas nos Contratos;

II – anotar em registro próprio, na forma de relatório, as irregularidades eventualmente encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado das medidas, bem como informar por escrito à Área de Contratos e Convênios sobre tais eventos;

III – determinar providências para retificação de irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicando através de relatório à Área de Contratos e Convênios para apreciação;

IV – relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V – opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogações de vigência ou aditamentos do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Área de Contratos e Convênios para as providências necessárias;

VI – justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências quando solicitado pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;

VII – atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII – observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX – manifestar-se por escrito, mensalmente, na forma de relatório, acerca do referido ajuste contratual;

X – exigir que o contratado repare, corrija, remova ou substitua às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, nos termos do especificado no Edital de Licitação e seus anexos e nas cláusulas contratuais, conforme determina o Art. 69, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

#### Retificação Nº02 da Resolução Nº. 06.2015, de 30 de abril de 2015.

Dispõe sobre o edital do Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Araguaína-TO,

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Araguaína-TO - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme preconiza a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução nº 152/2012 e a Resolução nº 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e a Lei Municipal nº. 2.777 de 20 de Dezembro de 2011, torna público o Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, sendo realizado sob a responsabilidade deste e a fiscalização do Ministério Público, mediante os prazos estabelecidos neste Edital.

RESOLVE tornar público a alteração no Ítem 5.16, em que consta: “Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 60% da pontuação total atribuída à prova.”, retificada para “Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 52% da pontuação total atribuída à prova”, em conformidade com o Artigo 6º da Resolução nº 170/2014.

Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão organizadora da 6ª Eleição do Conselho Tutelar:

Ana Madalena dos Santos  
 Abinair Alves dos Reis Vieira

Laedis Sousa da Silva Cunha  
Raimunda Borges Carvalho

**Resolução Nº. 30.2015, de 11 de agosto de 2015.**

Dispõe sobre a publicação do cadernos de provas e do gabarito oficial do Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Araguaína-TO.

A COMISSÃO ORGANIZADORA, constituída na forma da Resolução nº 12/2015 para escolha dos membros do Conselho Tutelar no Processo Unificado para o quadriênio 2016/2019, torna público o resultado da prova escrita, aplicada no dia 09/08/2015.

**PROCESSO SELETIVO PARA O CONSELHO TUTELAR**

NOME COMPLETO DO (A) CANDIDATO (A): \_\_\_\_\_

NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO (A) CANDIDATO (A): \_\_\_\_\_

**ORIENTAÇÕES BÁSICAS**

1. A Prova de Aferição de Conhecimento é de caráter eliminatório para que o candidato possa concorrer e dar continuidade no processo de escolha para Conselheiro Tutelar do Município de Araguaína/TO.
2. Esta prova é composta por 40 (quarenta) QUESTÕES OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA com 05 (cinco) opções de alternativas, sendo somente assinalável uma única correta.
3. Os candidatos habilitados à realização da prova deverão se utilizar de caneta azul ou preta para responder o GABARITO e a QUESTÃO DISCURSIVA
4. O candidato sempre que solicitado pelos aplicadores/fiscais deverá apresentar documento de identificação com foto (RG, Carteira de motorista, Carteira de Trabalho).
5. A ausência do candidato, por qualquer motivo, tais como doença e atraso, implicará sua eliminação do Processo Seletivo.
6. Na sala de prova e durante a realização desta, NÃO SERÁ PERMITIDO AO CANDIDATO:
  - a) manter em seu poder relógios, armas e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo seguir as orientações fornecidas pelos aplicadores/fiscais antes do início da prova. O candidato que estiver portando qualquer desses instrumentos durante a realização da prova será eliminado do PROCESSO SELETIVO;
  - b) usar bonés, gorros, chapéus e assemelhados;
  - c) alimentar-se dentro da sala de prova, devendo aqueles que necessitarem por motivos médicos, solicitar ao aplicador/fiscal de provas;
  - d) comunicar-se com outro candidato, nem usar calculadora e equipamentos similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
7. A realização da prova terá duração máxima de até 4 (quatro) horas não sendo permitida a saída dos candidatos antes das 9h da sala.
8. Os 03 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala simultaneamente, após o fechamento devido do envelope das provas pelo FISCAL DE SALA para garantir a lisura na aplicação das mesmas.
9. O caderno da prova escrita poderá ser levado pelo candidato, COM EXCEÇÃO DO GABARITO QUE COMPÕE A PROVA, que deverá ser retirado do CADERNO DA PROVA E ENTREGUE PELO CANDIDATO AO FISCAL DE SALA.
10. Não serão aceitas RASURAS NO GABARITO OFICIAL, caso haja, a questão será anulada.
11. Cada acerto de questão objetiva terá valor de 1,0 (um ponto) totalizando pontuação máxima de 40 (quarenta pontos) na PROVA.

Araguaína/TO, 09 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO CANDIDATO

**QUESTÃO 1 -**

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente é correto afirmar que:

Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

- I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as seis horas do dia seguinte;
- II – perigoso, insalubre ou penoso;
- III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- IV – realizado em horários e locais que permitam a frequência à escola.

- a) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- b) Apenas a afirmação III está correta.
- c) As afirmações I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- e) Somente as afirmações II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 2 -**

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente marque a alternativa correta no que diz respeito a autorização para viajar:

I - Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

II - A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.

III - A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por até três anos.

IV - A autorização não será exigida se a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.

- a) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- d) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

**QUESTÃO 3 -**

São linhas de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I – políticas sociais básicas.

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem.

III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, com exceção da crueldade e opressão.

IV - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

- a) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- b) As alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas a alternativa I está correta.
- d) Todas as alternativas apresentadas estão corretas.
- e) Todas as alternativas apresentadas estão incorretas.

**QUESTÃO 4 –**

Considere as medidas de proteção presentes no ECA:

Art. ? - As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

Art. ? - O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.

Estamos nos referindo respectivamente aos artigos do ECA:

- a) Art. 98 e Art.99
- b) Art. 99 e Art.100
- c) Art. 99 e Art.102
- d) Art. 99 e Art.103
- e) Art. 98 e Art.101

**QUESTÃO 5 -**

Com base no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir:

I: A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

II: A medida de internação só poderá ser aplicada quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

III: A liberação da internação será compulsória aos dezoito anos de idade.

IV: A medida de internação somente poderá ser aplicada quando tratar-se de reiteração no cometimento de outras infrações graves.

Está correto o que se afirma em:

- Apenas I e III
- Apenas I, II e III
- Apenas I, II e IV
- Apenas II e IV
- Todas as afirmativas estão corretas.

#### QUESTÃO 6 -

Com relação às medidas aplicáveis aos pais ou responsável é incorreto afirmar o que está exposto na alternativa:

- A inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.
- Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado contudo, sem a destituição da tutela.
- obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

#### QUESTÃO 7 -

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas, dentre as quais podemos destacar:

- Prestação de serviços comunitários, por período superior a sete meses, junto a entidades assistenciais.
- Orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- Repreensão por escrito e restituição do objeto danificado.
- Liberdade representada com a finalidade de orientação.
- Advertência, que será aplicada independentemente de prova da materialidade da infração.

#### QUESTÃO 8 -

De acordo com o Art. 140 presente no ECA, é correto afirmar que:

- São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- Os estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões.
- Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo.
- O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.
- O processo para a escolha dos membros do conselho tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

#### QUESTÃO 9 -

Não são atribuições do Conselho Tutelar:

- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- Atender e aconselhar pais ou responsável, aplicando medidas previstas no art. 139, I a VII.
- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato

infracional.

#### QUESTÃO 10-

Conforme as disposições gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- De acordo com o ECA, a criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide não poderão intervir nos procedimentos de que trata esta lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.
- O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade.
- Apenas a alternativa "a" está correta.
- Ambas alternativas, "a" e "b" estão corretas.
- Apenas a alternativa "b" está incorreta.

#### QUESTÃO 11 -

Com base na Lei 8.069/1.990 julgue os itens a seguir, indicando qual alternativa está incorreta:

- O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Defensor Público da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

- apenas I
- apenas I e II
- apenas II
- apenas III.
- todas as afirmações estão corretas

#### QUESTÃO 12 -

Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente é incorreto afirmar que:

- O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.
- O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.
- A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.
- Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município. Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária.
- Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, contudo, não assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

#### QUESTÃO 13 -

Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente é incorreto afirmar que:

- Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo a cada ano.
- A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse.
- Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência.
- Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

## QUESTÃO 14 -

Assinale a alternativa correta no que se refere ao Conselho Tutelar:

- I- O Conselho Tutelar é o órgão que deve zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.  
 II- As medidas de acolhimento institucional e de internação destacam-se por não afetarem os vínculos familiares.  
 III- As medidas socioeducativas são aplicadas apenas a adolescentes que cometeram dois ou mais atos infracionais.  
 IV- A universalização da proteção das crianças e dos adolescentes é uma das características do ECA.

- a) As afirmações I e III estão corretas  
 b) As afirmações I e IV estão incorretas  
 c) As afirmações II e III estão incorretas  
 d) As afirmações II e IV estão corretas  
 e) Todas as afirmações estão corretas

## QUESTÃO 15 -

De acordo com o ECA, são requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

- I – qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste.  
 II – indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, não necessário se especificar se tem ou não parente vivo.  
 III – qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos.  
 IV – indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e III  
 b) Apenas I, III e IV  
 c) Apenas I, II e IV  
 d) Apenas II e IV  
 e) Todas as afirmativas.

## QUESTÃO 16 –

São atribuições do Conselho Tutelar:

- I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 104, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VI;  
 II – atender e aconselhar pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 123, I a V;  
 III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança e representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e III  
 b) II e III  
 c) II  
 d) III  
 e) I, II e III

## QUESTÃO 17 -

Leia atentamente as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- I- O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.  
 II- O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.  
 III - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade policial a pedido de quem tenha legítimo interesse.

- a) As afirmações I e II são corretas.  
 b) As afirmações I, II e III são incorretas.  
 c) Apenas a afirmação I é correta.  
 d) As afirmações I, II e III são corretas.  
 e) Apenas a afirmação III é correta

## QUESTÃO 18 -

Com relação ao acesso a justiça:

I - É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

II - A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado.

III - As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude com a não desobrigação de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

IV - Qualquer notícia a respeito do fato poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

V - A autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsável, ou quando carecer de representação ou assistência legal ainda que eventual.

Estão incorretas a(s) alternativa(s):

- a) I, II e III  
 b) II e III  
 c) III e IV  
 d) I, II, IV e V  
 e) II, III e IV

## QUESTÃO 19 -

A respeito da proteção integral à criança e ao adolescente, assinale a opção correta.

- a) O processo em que os pais disputam a posse e guarda de filhos menores que estejam sob os cuidados da mãe, que lhes dá toda a atenção, assistência e dedicação necessárias e recomendáveis caracteriza situação irregular que desloca a competência do juízo de família para a vara da infância e da juventude.  
 b) Deve-se deferir o pedido de transferência de guarda de menor feito pela avó, com a aquiescência dos genitores, sob a alegação de que a criança e seus pais residem com a requerente, por serem os genitores da menor pessoas jovens, ainda estudantes. Nesse caso, restará caracterizada a situação peculiar da modificação da guarda sem a perda do poder familiar, ou seja, a avó possui situação econômica privilegiada e age no interesse e bem-estar da criança.  
 c) O juízo competente para processar a ação de destituição do poder familiar e adoção é o do domicílio do casal adotante, ainda que este não detenha a guarda provisória da criança.  
 d) O pai ou a mãe que praticar atos contrários à moral e aos bons costumes perderá por ato judicial o poder familiar. Na guarda e proteção de menor, há de se levar em conta o bem-estar e a segurança da criança, resguardando o seu desenvolvimento físico e mental.  
 e) Nenhuma das anteriores é correta.

## QUESTÃO 20 -

Com relação ao ato infracional disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, assinale a opção correta:

- a) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime, mas não a descrita como contravenção penal.  
 b) Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.  
 c) Com relação ao procedimento dos atos infracionais, nos termos do ECA, é desnecessária a defesa técnica por advogado, desde que seja nomeado curador para o menor infrator, ainda que leigo.  
 d) Após a verificação da prática de ato infracional, a autoridade poderá aplicar ao adolescente algumas medidas, entre as quais não se inclui a obrigação de reparar o dano.  
 e) Como medida específica de proteção, constatada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá determinar a colocação do adolescente em família substituta.

## QUESTÃO 21 –

Com relação à representação para aplicação de medida socioeducativa pelo Ministério Público, em casos de prática de ato infracional, com fulcro no ECA, assinale a opção correta:

- a) O Ministério Público, caso entenda não ser o caso de oferecimento da representação para aplicação de medida socioeducativa, poderá promover o arquivamento dos autos ou conceder a remissão.  
 b) A representação depende de prova pré-constituída da autoria e materialidade, sob pena de ser rejeitada.  
 c) O prazo máximo para a conclusão do procedimento para apuração de ato infracional, estando o adolescente internado provisoriamente, será

de 45 dias, prorrogável uma única vez por igual período.

- d) Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, somente após a qual decidirá sobre a decretação ou manutenção da internação.
- e) Nenhuma das anteriores é correta.

#### QUESTÃO 22 – (QUESTÃO ANULADA)

O Conselheiro Tutelar, na forma da lei municipal e a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade. Diante desta assertiva é incorreto afirmar que:

- a) As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar devem ser precedidas de sindicância e/ou processo administrativo, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- b) Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá aos responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.
- c) As conclusões da sindicância administrativa devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, em plenária, deliberará acerca da adoção das medidas cabíveis.
- d) O próprio colegiado de Conselheiros Tutelares poderá imediatamente afastar aquele que descumprir suas atribuições ou tiver conduta antiética e/ou imoral.
- e) É atribuição do Conselho Tutelar encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

#### QUESTÃO 23 -

Com relação a atuação do Ministério Público no ECA, pode-se afirmar que é incorreta a questão:

- a) Compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- b) A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.
- c) Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 210, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.
- d) Instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial.
- e) Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes.

#### QUESTÃO 24 -

Com relação aos crimes em espécie presentes no ECA está o de privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente. Nesse crime a pena aplicada é de:

- a) detenção de um a dois anos.
- b) detenção de seis meses a dois anos.
- c) detenção de um a dois anos, ou multa.
- d) detenção de seis meses a três anos.
- e) detenção de seis meses a dois anos, ou multa.

#### QUESTÃO 25 -

Com relação às medidas específicas de proteção, presentes no ECA, assinale a alternativa correta:

- a) As medidas previstas poderão ser aplicadas de modo isolado e cumulativamente, contudo, não podem ser substituídas a qualquer tempo.
- b) Na aplicação das medidas não serão levadas em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- c) As medidas previstas poderão ser aplicadas apenas isoladamente, podendo ser substituídas a qualquer tempo.
- d) As medidas previstas poderão ser aplicadas apenas cumulativamente, não podendo ser substituídas a qualquer tempo.
- e) Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

#### QUESTÃO 26 –

Como forma de proteção à criança, o ECA estabeleceu normas de

proteção à gestante e à nutriz. No que concerne a essas normas, assinale a opção incorreta:

- a) A gestante tem direito, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), ao atendimento pré e perinatal.
- b) A parturiente deve ser atendida, preferencialmente, pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- c) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, excluídas as penitenciárias femininas, pois é vedada permanência de bebês no ambiente carcerário.
- d) É dever do poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
- e) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos ou particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, que possibilite a permanência do neonato junto à mãe.

#### QUESTÃO 27 -

Considere a seguinte situação:

Maria e José, ambos nascidos em 22/04/1984 e 19/07/1985 respectivamente portanto, com 31 e 30 anos de idade atualmente (agosto de 2015) e casados desde 2006, adotaram Marcos, nascido em 21/07/2001, após regular procedimento perante a Vara da Infância e Juventude de Araguaína/TO. A sentença judicial que constituiu o vínculo de adoção foi proferida em 20/12/2014 e imediatamente inscrita no Cartório de Registro Civil. Considerando a situação hipotética acima apresentada e a Lei n.º 8.069/1990 / Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, assinale a opção correta quanto a adoção:

- a) O falecimento de Maria e José restabelecerá o pátrio poder aos pais naturais de Marcos, o que ocorrerá com o encaminhamento da certidão de óbito dos pais adotantes ao Cartório de Registro Civil.
- b) O processo de adoção é nulo em razão da diferença de idade entre adotantes e adotado.
- c) Na certidão de nascimento de Marcos, constarão os nomes de Maria e José como pais adotantes e dos pais biológicos, para resguardar futura revogação da adoção.
- d) Em razão de sua idade, é necessário o consentimento de Marcos no processo de adoção.
- e) Nenhuma das anteriores é correta.

#### QUESTÃO 28 - (QUESTÃO ANULADA)

O Conselheiro Tutelar, na forma da lei municipal e a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade. Diante desta assertiva é incorreto afirmar que:

- a) Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá aos responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.
- b) As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar devem ser precedidas de sindicância e/ou processo administrativo, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- c) O próprio colegiado de Conselheiros Tutelares poderá imediatamente afastar aquele que descumprir suas atribuições ou tiver conduta antiética e/ou imoral.
- d) As conclusões da sindicância administrativa devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, em plenária, deliberará acerca da adoção das medidas cabíveis.
- e) É atribuição do Conselho Tutelar encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

#### QUESTÃO 29 –

Considere a seguinte situação:

Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente, caracteriza-se como um crime em espécie passível de:

- a) reclusão, de quatro a oito anos, e multa.
- b) reclusão, de dois a seis anos, e multa.
- c) eclusão, de dois a seis anos ou multa.
- d) reclusão, de quatro a oito anos ou multa.
- e) reclusão, de três a sete anos.

#### QUESTÃO 30 -

Quanto a "guarda" presente nos termos do ECA, é incorreto afirmar que:

- A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente.
- Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável.
- A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto os previdenciários.
- A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

#### QUESTÃO 31 –

Quanto aos Conselhos Tutelares, assinale a opção correta:

- Os Conselhos Tutelares são entidades de proteção responsáveis pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes.
- Os Conselhos Tutelares são órgãos contenciosos não jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, particularmente por meio da aplicação de medidas especiais de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e por meio da aplicação de medidas especiais a pais ou responsáveis.
- Somente os Conselhos Tutelares tem competência para apurar os atos infracionais praticados por adolescente, aplicando-lhe medidas específicas de punição, previstas em lei, a serem cumpridas segundo requisitos do Conselho Tutelar.
- Além das atribuições previstas no ECA, os Conselhos Tutelares podem instituir novas atribuições em regimento interno ou em atos administrativos de quaisquer outras autoridades.
- Verificada a prática de ato infracional, cabe aos Conselhos Tutelares aplicar e executar as medidas socioeducativas de advertência, prestação de serviços à comunidade e internação em estabelecimento educacional à criança e ao adolescente infratores.

#### QUESTÃO 32 –

No que concerne a "adoção" conforme o ECA, é incorreto afirmar que:

- Podem adotar os maiores de dezoito anos, independentemente do estado civil.
- Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.
- Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

#### QUESTÃO 33 –

À criança e ao adolescente visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparando-se para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, deve ter: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- direito de ser respeitado por seus educadores;
- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- direito de organização e participação em entidades estudantis;
- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Essas condições, presentes no ECA se referem ao:

- Direito à Educação, à cultura, ao esporte e ao lazer
- Direito à Educação, à diversidade, ao acesso a escola e ao lazer
- Direito à Profissionalização e à proteção no trabalho.
- Direito à Educação, à política de atendimento, ao acesso a escola e ao Lazer
- Direito à Profissionalização, à diversidade, cidadania e ao Lazer

#### QUESTÃO 34 –

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, assinale a opção correta:

- Os crimes definidos no ECA são de ação pública condicionada.
- A internação, antes da sentença, pode ser determinada por prazo máximo de 65 dias.
- O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- Não é assegurado ao adolescente infrator o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

#### QUESTÃO 35 –

As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

- observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;
- não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;
- oferecer atendimento em pequenas unidades com grandes grupos de adolescentes para gerar socialização;
- preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- intentar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

Estão corretas a(s) alternativa(s):

- I, II e III
- II e III
- III e IV
- I, II, IV e V
- II, III e IV

#### QUESTÃO 36 –

Com relação a "guarda" detalhada no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar que a colocação de criança ou adolescente sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar será comunicada pela autoridade judiciária à entidade por este responsável no prazo máximo de cinco dias. Diante do exposto:

- Concedida a guarda ou a tutela, observar-se-á o disposto no art. 32, e, quanto à adoção, o contido no art. 47.
- Concedida a guarda ou a tutela, observar-se-á o disposto no art. 25, e, quanto à adoção, o contido no art. 49.
- Concedida a guarda ou a tutela, observar-se-á o disposto no art. 50, e, quanto à adoção, o contido no art. 56.
- Concedida a guarda ou a tutela, observar-se-á o disposto no art. 25, e, quanto à adoção, o contido no art. 58.
- Todas estão incorretas.

#### QUESTÃO 37 –

Com relação a apuração de ato infracional atribuído a adolescente não é correto afirmar que:

- O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.
- Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.
- Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará ao representante do Conselho Tutelar relatório das investigações e demais documentos.
- Promovido o arquivamento dos autos ou concedida a remissão pelo representante do Ministério Público, mediante termo fundamentado, que conterà o resumo dos fatos, os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação.
- Homologado o arquivamento ou a remissão, a autoridade judiciária determinará, conforme o caso, o cumprimento da medida.

#### QUESTÃO 38 –

Com relação a proteção judicial dos interesses individuais, regem-se pelas disposições desta lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

- do ensino obrigatório;
- de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;
- de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
- de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;

VI – de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem;

VII – de acesso às ações e serviços de saúde.

Está correto o que se afirma em:

- Todas as afirmativas, exceto em III
- Apenas I, III e IV
- Apenas I, II, IV, V e VI
- Apenas II, IV e VII
- Todas as afirmativas.

#### QUESTÃO 39 –

No que diz respeito à internação, medida privativa de liberdade, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- no curso de seu cumprimento, não será permitida a realização de atividades externas;
- a medida comporta apenas prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses;
- a liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.
- a desinternação será precedida de autorização judicial, sem maiores formalidades;
- todas as alternativas estão incorretas.

#### QUESTÃO 40 –

As atividades externas na medida socioeducativa de internação, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- se não proibidas pelo juiz, ficam a critério da entidade de internação.
- dependem de autorização judicial.
- não são cabíveis na internação por descumprimento de medida anterior.
- são deferidas para viabilizar a transição para medida mais branda.
- dependem do envio, ao juiz, de prévia avaliação psicossocial do adolescente.

Assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso) para cada alternativa a seguir: A sequência correta das alternativas anteriores é:

- V, F, V, V, F
- V, F, F, V, F
- F, F, V, V, V
- V, V, F, F, F
- V, F, V, V, V

### GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROCESSO SELETIVO CONSELHO TUTELAR - ARAGUAÍNA/TO 09/08/2015

Questão	A	B	C	D	E
1	X				
2		X			
3	X				
4					X
5			X		
6				X	
7		X			
8	X				
9			X		
10		X			
11			X		
12				X	
13	X				
14			X		
15		X			
16				X	
17	X				
18			X		
19				X	
20					X

Questão	A	B	C	D	E
21	X				
22	QUESTÃO ANULADA*				
23			X		
24		X			
25					X
26			X		
27				X	
28	QUESTÃO ANULADA*				
29	X				
30				X	
31		X			
32				X	
33	X				
34			X		
35				X	
36	X				
37			X		
38	X				
39					X
40		X			

(\* ) QUESTÃO ANULADA, ONDE CADA CANDIDATO(A) SERÁ BENEFICIADO(A) COM A PONTUAÇÃO VÁLIDA DA QUESTÃO

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão organizadora da 6ª Eleição do Processo Seletivo para Conselho Tutelar

#### Resolução Nº. 31.2015, de 11 de agosto de 2015.

Dispõe sobre a publicação do resultado da prova escrita do Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Araguaína-TO.

A COMISSÃO ORGANIZADORA, constituída na forma da Resolução nº 12/2015 para escolha dos membros do Conselho Tutelar no Processo Unificado para o quadriênio 2016/2019, torna público o resultado da prova escrita, aplicada no dia 09/08/2015.

#### RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PROVA ESCRITA - "CONSELHO TUTELAR – ARAGUAÍNA/TO"

NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	R. G.	PONTUAÇÃO NA PROVA ESCRITA	PRÓXIMA FASE
ADALICE REIS DA SILVA	18	738 038 SSP TO	10,0	ELIMINADO
ADRIANA DO NASCIMENTO SILVA	39	203 642 SSP TO	22,0	ELIMINADO
ADRIANA MORAIS DA SILVA GOMES	81	921 653 SSP TO	26,0	CLASSIFICADO
ADRIANO GOMES DE SOUSA	137	876 800 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
ALDECI PEREIRA MARINHO	87	1 447 657 SSP DF	16,0	ELIMINADO
ALVARO OTAVIO LOPES RESENDE	88	1 214 719 SSP TO	24,0	CLASSIFICADO
ANA CLAUDIA DOS SANTOS LEAL COSTA	49	839 723 SSP TO	13,0	ELIMINADO
ANA MARIA CAMARA MARTINS	51	444 992 SSP TO	14,0	ELIMINADO
ANDREIA MALAQUIA DE OLIVEIRA	71	916 278 SSP TO	15,0	ELIMINADO
ANDREY VIEIRA MARTINS	140	600 636 SSP TO	28,0	CLASSIFICADO
ANNE TAMARA GOMES DA CUNHA	118	1 035 057 SSP TO	18,0	ELIMINADO
ANTONIO CARLOS COSTA E SILVA	65	750 816 SSP TO	20,0	ELIMINADO
APARECIDA OLIVEIRA DE CARVALHO	55	906 366 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
ARLY ALVES COSTA	100	201 016 SSP TO	13,0	ELIMINADO
BAMILCIA APARECIDA CASTRO SILVA	159	738 939 SSP TO	22,0	ELIMINADO
BARNE FELIX AIRES	10	974 808 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
BHARBARA PAOLLA DE KÁSSIA ABUDD	134	1 080 219 SSP TO	16,0	ELIMINADO

BONI IRIS RODRIGUES PEREIRA	128	661 382 SSP TO	14,0	ELIMINADO
CARLOS PEREIRA DA SILVA	76	202 605 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
CHARLLES TAVARES BARROSO	69	748689 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
CLAUDIA MOURA DE ARAUJO SANTOS	95	778 605 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
CLAUDIA SERRAT DE ANDRADE SILVA	09	2 250 545 SSP GO	27,0	CLASSIFICADO
DALCIOMAR FERREIRA DA SILVA	123	427 312 SSP TO	15,0	ELIMINADO
DORACY BATISTA VIANA	27	449 717 SSP TO	15,0	ELIMINADO
EDGAR MARTINS PEDRA	110	727 180 SSP TO	23,0	ELIMINADO
ERIKA WANESSA SOUSA AMARAL	147	915 535 SSP TO	28,0	CLASSIFICADO
FABIANE CRISTINA MENDES ALVES SOUZA	119	1 055 686 SSP TO	23,0	ELIMINADO
FERNANDO DE JESUS DA SILVA NOGUEIRA	68	1 249 996 SSP TO	24,0	CLASSIFICADO
FRANCIANE ARAUJO RODRIGUES	111	878 071 SSP TO	14,0	ELIMINADO
FRANCISCA DA SILVA LUNARD	23	121 876 SSP TO	25,0	CLASSIFICADO
FRANCISCA MARIA CARDOSO CORREIA	41	1 255 471 SSP PI	12,0	ELIMINADO
FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS SILVA	162	458 622 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA NETO	21	347 235 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
GENILZE RIBEIRO ALVES	74	204 217 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
GISLAINE SILVA FREITAS CARVALHO	61	1 096 383 SSP TO	16,0	ELIMINADO
GLACY ROSSANA FERREIRA COSTA	113	414 626 SSP TO	14,0	ELIMINADO
IVANILDO COSTA SILVA	54	034019852007 1 SSPMA	17,0	ELIMINADO
IVETE MACIEL DE ARAUJO	131	090 716 SSP TO	16,0	ELIMINADO
JANE AUGUSTO DA SILVA	154	410 271 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
JARIANY PEREIRA DE OLIVEIRA	50	967 593 SSP TO	16,0	ELIMINADO
JOANICE MARTINS DA SILVA	75	993 134 SSP TO	21,0	ELIMINADO
JONAS JOSE DE ARAUJO	114	246 971 SSP TO	27,0	CLASSIFICADO
JORGE EDUARDO CUNHA DE PAIVA	77	864 118 SSP TO	13,0	ELIMINADO
JORGE WILTON FERREIRA LIMA	109	328 416 SSP TO	22,0	ELIMINADO
JOSE CLEUDES DA SILVA AGUIAR	38	065 269 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
JOSÉ LUIS DE SOUSA	46	434944 SSP DF	26,0	CLASSIFICADO
JUNIVAL GOMES DE OLIVEIRA	48	426 393 SSP TO	15,0	ELIMINADO
KATIA CILENE SALES DE MORAIS	36	3 259 121 3 275 361 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
KÁTIA VIEIRA DE CARVALHO	28	814 880 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
KATIUSCIA PINTO DIAS ALVES	45	5 884 988 SSP PA	AUSENTE	ELIMINADO
LARISSA DIAS CARNEIRO	79	1 054 579 SSP TO	22,0	ELIMINADO
LARISSA PIRES SOARES	152	921 341 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
LAURA COSTA DE SOUZA	94	317 627 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
LEIDIANE BENIGNO SANTOS	116	967 805 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
LIDIA MARIA MORAIS COSTA ARAAIS	17	95 888 SSP TO	26,0	CLASSIFICADO
LILIA SERVIDIO PALMEIRA	99	791 376 SSP TO	16,0	ELIMINADO
LILIAM ALVES DE OLIVEIRA DE SOUSA	156	232 051 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
LILIANE BARBOSA REIS ASSENCIO	03	947 318 SSP TO	21,0	ELIMINADO
LORENA SILVA FOGAÇA	104	1 154 248 SSP TO	26,0	CLASSIFICADO
LUCILENE DOS SANTOS SILVA	129	833 019 SSP	AUSENTE	ELIMINADO
MAINA MAURA FERREIRA FONSECA	78	427 671 SSP TO	27,0	CLASSIFICADO
MALBATANIA MARTINS DA SILVA	06	631 662 SSP TO	23,0	ELIMINADO
MARCIANE RODRIGUES GUIMARAES	13	867 455 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
MARCIO GONÇALVES QUIRINO	108	104 010 SSP TO	22,0	ELIMINADO
MARCOS ANTONIO FERREIRA DE SOUSA	160	390 430 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
MARCOS AURELIO MORAES	80	254 922 SSP TO	16,0	ELIMINADO
MARIA APARECIDA GRACILIANO DA SILVA	105	269 155 SSP TO	17,0	ELIMINADO
MARIA APARECIDA SOARES DE FARIA	136	028 381 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
MARIA LEYDE NASCIMENTO FREITAS	31	896 681 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
MARIA LURDIANE COSTA GOMES DA SILVA	145	316 754 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO

MARIA NÚBIA TAVARES VIEIRA	43	202 141 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
MARIA SALETE GRANGEIRO DE SOUZA	96	1 072 381 SSP TO	14,0	ELIMINADO
MARIA VERIA NUNES RIBEIRO	44	120 488 SSP TO	10,0	ELIMINADO
MARIENE MACHADO DA SILVA	91	280 610 SSP TO	23,0	ELIMINADO
MATHEUS ARAÚJO BARROS	157	1 238 657 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
MELCIANES LUZ DE MELO SOUSA	02	267 259 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
MICAELA DE BRITO CAVALCANTE ROCHA	120	1 130 916 SSP TO	13,0	ELIMINADO
NAZARÉ ALVES DA SILVA	142	17 439 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
NETINHO SOARES MENDES DA SILVA	15	8 606 408 SSP TO	15,0	ELIMINADO
OZAILTON INACIO DA SILVA	141	2345013 SSP PB	21,0	ELIMINADO
PAULO CESAR DUQUE DA SILVA	164	232 153 SSP TO	10,0	ELIMINADO
PAULO JOSE DA SILVA	86	1 979 689 90 SSPCE	21,0	ELIMINADO
RAIMUNDO DE LIMA CABRAL	01	717 677 SSP TO	25,0	CLASSIFICADO
RAIMUNDO NONATO LUZ CARDOSO	05	710 709 SSP TO	30,0	CLASSIFICADO
REBECCA MAGALHAES DE ARRUDA	56	109 656 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
RENAN BURJAQUE AMORIM	53	869 856 SSP TO	14,0	ELIMINADO
RENATA BARBOSA REGO	04	754 828 SSP TO	30,0	CLASSIFICADO
RENATO SOUSA SANTOS	82	721 181 SSP TO	15,0	ELIMINADO
RENATO VENNICIUS RODRIGUES SILVA	70	764 876 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
RICARDO ALVES BENVINDO	24	4 893 978 SSP GO	20,0	ELIMINADO
RITA DE CACIA BERNARDINO GONÇALVES	126	462 027 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
RONES DIAS ROCHA	112	685 193 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
ROSA AMELIA FERREIRA JORGE	20	718 653 SSP GO	AUSENTE	ELIMINADO
ROZIELDO VIEIRA PEMENTEL	130	615 807 SSP TO	16,0	ELIMINADO
SANDRA MARIA ALENCAR CARVALHO	124	55467 SSP TO	18,0	ELIMINADO
SINTHIA ALVES COSTA	148	1 149 355 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
SMITH VELOSO LEITE	125	880 822 SSP TO	21,0	ELIMINADO
TATIANE ARAUJO DE SOUSA	98	974 646 SSP TO	10,0	ELIMINADO
THAIS CRISTINA BARBOSA LIMA	138	920 432 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
THAIS TIBURTINO SANTOS DE JESUS MORAIS	117	1040820 SSP TO	18,0	ELIMINADO
THIAGO TAVARES BARRETO	158	892 971 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
VALDEMI PEREIRA DA SILVA	30	328 998 SSP TO	23,0	ELIMINADO
VANALIA BARROS DE ARAUJO	60	065 533 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
VANUZA ARAUJO MOTA DE CARVALHO	62	746 228 SSP TO	12,0	ELIMINADO
VERONICA SANTOS FEITOSA	29	781 718 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
VIVIAN LIMA DA MOTA LUZ	135	279 422 SSP TO	12,0	ELIMINADO
WÁDIA ALVES CORADO TEIXEIRA	101	201 807 SSP TO	14,0	ELIMINADO
WALBER BARROS MACEDO	33	1 021 542 SSP TO	AUSENTE	ELIMINADO
WANDERLEYA LIMA DA MOTA	47	291 177 SSP TO	19,0	ELIMINADO
WANDESLAN DUQUES DE SOUSA	22	777 782 SSP TO	16,0	ELIMINADO
WILTON FERREIRA DE SOUSA	107	267 846 SSP TO	16,0	ELIMINADO
WILTON SILVA SOUSA	84	746 406 SSP TO	26,0	CLASSIFICADO
ZULMIRA BEZERRA	34	436 424 SSP TO	20,0	ELIMINADO

## ANÁLISE ESTATÍSTICA:

- CANDIDATOS APTOS A REALIZAR A PROVA ESCRITA = 113 / (100%)
- CANDIDATOS PRESENTES = 74 / (65,5%)
- CANDIDATOS AUSENTES / ABSTENÇÃO = 39 / (34,5%)
- CANDIDATOS CLASSIFICADOS = 16 / (21,6% DOS CANDIDATOS PRESENTES)

Araguaína-TO, 11 de Agosto de 2015.

Comissão do Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Araguaína-TO.

Raimunda Borges Carvalho

Ana Madalena dos Santos

Abinair Alves dos Reis Vieira

Laedis Sousa da Silva Cunha